

UM ANO DIFERENTE

* Roberto Rodrigues

Todo começo de ano é a mesma coisa: votos simpáticos para os amigos e parentes e compromissos firmes de fazer ginástica e regime, tratar bem os poucos chatos e ser mais generoso.

É curioso isto, como se a troca de folhinhas tivesse o poder de mudar temperamentos, caracteres, sentimentos, ambições, vontades, idiossincrasias e disposições. E a vida real...

Mas é assim mesmo: uma espécie de catarse coletiva toma conta de toda gente, e uma aura de boa vontade ilumina a humanidade.

Pena que não dure muito. Com algumas semanas, as pessoas se dão conta de que o emprego é o mesmo, assim como o salário; que os contatos são os mesmos, a economia é a mesma, os riscos e oportunidades também. E aos poucos tudo volta ao normal, a nova “personnal” já não parece tão charmosa, e as dores musculares cancelam os exercícios. E tome rotina de volta.

Não é assim que acontece com os agricultores. Neste caso, cada ano é mesmo diferente dos anteriores, especialmente porque o clima nunca se repete. Todo verão a gente se queixa do calor intenso, das chuvas exageradas ou escassas, do mato que cresce “como nunca”. Mas, na verdade, em agricultura, a instabilidade dos mercados e das estações acaba produzindo uma sensação de insegurança permanente. E esta é a única coisa que não muda, infelizmente. Não há rotina.

Estamos entrando em 2009 com estas questões agravadas pela famigerada crise financeira internacional que ninguém sabe exatamente como vai acabar e como vai afetar cada país.

Mas uma coisa é certa: vamos colher uma safra cara de grãos (em função dos custos altos) e com pouco crédito, o que implica em pior padrão tecnológico e menos produtividade. E não temos a menor idéia de como estarão os preços na colheita, nem do valor do dólar daqui a 3 ou 4 meses. Tudo isso faz desta safra de grãos uma aventura.

Por outro lado, os setores mais integrados, como cana, laranja, café e carnes, padecem do mesmo problema de falta de crédito, mas ainda têm outro problema: é que a insuficiência de crédito para exportação (ACC) fez a indústria transferir seu problema para os agricultores, e os preços despencaram no segundo semestre do ano passado.

Há, portanto uma grande incerteza rondando o agronegócio brasileiro neste começo de 2009.

É claro que se fossem tomadas medidas governamentais rápidas, tudo poderia ser mitigado: a revisão dos preços mínimos, por exemplo, e a orçamentação necessária para exercitá-los, seriam uma grande solução para todos os produtos objeto da PGPM (Política de Garantia dos Preços Mínimos).

Abundância de ACC e de capital de giro para as indústrias de transformação e para as cooperativas agropecuárias também ajudariam a passar a crise, permitindo que nossos produtores cuidassem de suas fazendas e tivessem safras boas em 2010. Isto seria formidável, porque até lá, segundo os entendidos, a crise terá passado e o mundo estará ávido por produtos agrícolas,

sejam alimentos, sejam fibras, seja agora energia. E poderíamos então transformar o desastre em uma oportunidade excelente para conquistar novos mercados, e em definitivo.

Aliás, uma das mais evidentes consequências da crise é a crescente onda – que varre todos os países – demandando mais posicionamento dos governos, mais intervenção, mais benesses, mais proteção. Até no maior templo do capitalismo as fábricas americanas de automóveis foram socorridas vigorosamente pelo governo, bem como alguns agentes financeiros outrora poderosos.

No Brasil não é diferente, e o governo vem socorrendo, com agilidade até, alguns segmentos mais afetados e prometendo, com otimismo, mais ajuda a outros setores, inclusive à agricultura e à pecuária.

Acontece, porém, que não temos uma estratégia de governo para o campo. Sempre que surgem problemas, as lideranças setoriais vão a Brasília pedir ações do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. E se frustram quando se dão conta que, por mais que vejam a compreensão e a boa vontade do Ministro e de sua equipe, seu poder é limitado.

Quem decide o orçamento para qualquer ação é o Ministério do Planejamento; quem libera os recursos (inclusive fixando os preços mínimos de acordo com a política econômica), é o Ministério da Fazenda; quem estabelece a taxa de juros é o Banco Central que também controla a taxa de câmbio. Quem cuida da logística (estradas de ferro, rodovias e portos) é o Ministério dos Transportes. Energia é controlada pelo Ministério de Minas e Energia, além da Petrobras, ANP e outras agências; quem faz os acordos internacionais é o Itamaraty; florestas plantadas são resolvidas pelo Ministério do Meio Ambiente, e por aí vai uma sucessão de órgãos de governo cuja postura afeta diretamente o setor rural. E isso sem falar das recorrentes exigências do INCRA, do IBAMA, da ANVISA e os temas do MST, dos índios e dos quilombolas.

Ora, é evidente que, sem uma ação orquestrada do governo, jamais haverá uma estratégia para o agronegócio, jamais haverá uma política de renda como as dos países desenvolvidos, e jamais teremos estabilidade no campo.

Isto é verdade igualmente para o Legislativo, onde temos uma aguerrida e dedicada bancada, infinitamente minoritária entre seus pares.

E, com isso vamos ficando para trás, e ações a favor dos agricultores só acontecem quando muitos deles já pereceram...

Onde está a origem deste descaso para um setor que gera 37% dos empregos no país, é responsável por 23% do PIB, e por mais de 100% do nosso saldo comercial? Por que os produtores rurais ainda são vistos como integrantes de uma espécie de segunda classe da economia nacional, quando o mundo todos os olha com respeito e até um certo temor reverencial?

São muitas as razões: desde a célebre mentira de Pero Vaz de Caminha, que contou que “nesta terra em se plantando, tudo dá”, criando no imaginário do nosso povo a falsa idéia da facilidade na atividade, passando por Monteiro Lobato, que inventou o Jeca Tatu (atrasado e desajeitado), pela urbano-industrialização dos anos 50 (financiada pelo campo) e até os planos de estabilização que aleijaram o setor. O que importa é que o agronegócio tem uma

imagem distorcida, desfigurada, e ninguém vê os agropecuaristas como eles realmente são: o motor da economia e os verdadeiros heróis anônimos deste maravilhoso país.

Pois bem, se o problema está na imagem, bastaria investir nisso, e fazer um vigoroso programa de marketing para mostrar a verdadeira personalidade deste lutador de todo dia, o fazendeiro de qualquer tamanho, familiar, pequeno, médio ou grande.

Mas isto custa dinheiro. Pior, esbarra com a desunião da classe rural, representada por entidades de classe lutadoras e valentes, mas desarticuladas entre si, cada uma defendendo com unhas e dentes um determinado setor, sem ação conjugada e orquestrada que tenha resultados para todos.

Numa democracia, as políticas de Estado só são assumidas quando a maioria da opinião pública assim o entender. É por isso que o lobby rural é poderoso nos Estados Unidos, na Europa e no Japão, embora suas populações agrícolas sejam minorias esmagadoras: há lá o conceito da importância destas minorias. E a proteção para elas é enorme.

Se fosse possível, então, neste começo de ano, que a nossa classe rural assumisse um compromisso, pediria humildemente que fosse esse: mais união, mais articulação e coordenação, menos vaidades e orgulhos tolos, mais negociação integrada. Quem sabe esta força toda, hoje desarmada, se somasse, e nos transformaria num formidável poder, com influência para mudar leis e decretos, criando as condições para a real modernização do agronegócio brasileiro, com políticas de Estado, e com uma estratégia de governo como um todo.

Que beleza! Aí, sim, teríamos em 2009 um Feliz Ano Novo!

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**